



12° CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL

La Plata, junio y septiembre de 2021

GT01: Antropología y grandes proyectos de Desarrollo: poblaciones afectadas, conflictos sociales y dilemas ambientales

Comunidades atingidas pela Usina Hidrelétrica (UHE) Foz do Chapecó

Arlene Renk. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ.
arlene@unochapeco.edu.br

Silvana Winckler. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. silvanaw@unochapeco.edu.br

Resumen

O objetivo do texto é analisar os impactos nas comunidades rurais, atingidas pela Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. Nas últimas décadas, grandes usinas hidrelétricas construídas na bacia do rio Uruguai (como projetos de desenvolvimento) alteraram o substrato morfológico das comunidades camponesas, causando o seu desaparecimento ou a desestruturação parcial daquelas que permaneceram. Metodologicamente, o trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa qualitativa e exploratória, contemplando revisão de literatura, fontes documentais, observação registrada em caderno de campo e entrevistas. Constatou-se que parte dos camponeses e ribeirinhos atingidos recebeu indenizações pelas terras inundadas e foi levada a migrar. Nas novas moradas, tentaram reorganizar suas relações comunitárias, mas nem sempre o conseguiram. A reconstrução das relações comunitárias é um dos pontos frágeis, seja àqueles que migraram, seja àqueles que permaneceram; e esses danos não são passíveis de mensuração e indenização. Em certas comunidades afetadas patrimonialmente, como

compensação, foram construídos equipamentos comunitários novos, pouco utilizados pelo reduzido número de moradores remanescentes. Entre esses, há sintomas de depressão, de solidão e outros de ordem psicossomática. A alteração compulsória do modo de vida, a quebra dos vínculos vicinais, comunitários e de organização de trabalho levam-nos a considerá-los vítimas do desenvolvimento, em analogia à categoria vítima ambiental. Se empreendimentos de megaobra são tomado como indicadores desenvolvimentistas, no entanto, as comunidades atingidas estão no polo de vítimas.

Palavras-chave: *Barragem; Comunidades afetadas; Conflitos socioambientais; Vítimas do desenvolvimento.*

Introduzindo às comunidades

Os efeitos de globalização são perceptíveis nas ações das hidrelétricas da Bacia do rio Uruguai que, por si só, constituem exemplos de *dam industry*. A *International Commission on Large Dams* (ICOLD), dentro de seus critérios, estima em 58.000 as grandes barragens no mundo¹.

Esses projetos de grande escala têm como foco a “indústria da natureza” (REYS, 2016), embora tentem nos convencer do fornecimento de serviços de energia limpa e de sua sustentabilidade. Antes de qualquer coisa, pelas características peculiares que apresentam, inserimos e qualificamos as barragens, sociologicamente, como fatos sociais totais, “exprimem-se de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais – estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo -; econômicas – estas supondo formas particulares de produção e de distribuição e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição-; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos morfológicos que essas instituições manifestam” (MAUSS, 2003, p. 187).

Nos lugarejos e comunidades rurais, a implantação das hidrelétricas transformou-se por excelência no evento demarcador de tempos. As pequenas aldeias, que

¹ Ver: <https://www.icold-cigb.org/>

podemos substituir por municípios, às margens do rio Uruguai, se veem afetadas, mesmo que propriedades sejam indenizadas monetariamente, pelo evento barragem que, compulsoriamente, adentrou em suas vidas sob a alegação de ser um novo projeto civilizatório, desenvolvimentista, que traria bem-estar à população. No entanto, a introdução da usina não estava em seus horizontes, não participaram de seu planejamento, veio à sua revelia.

Neste texto pretendemos discutir os efeitos causados pela Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó - UHE Foz do Chapecó, em três comunidades rurais atingidas pela usina, como os moradores vivenciaram a desestruturação de seu substrato morfológico nas comunidades, como modificaram as relações socioambientais daqueles locais.

Metodologicamente, o trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa qualitativa e exploratória, contemplando revisão de literatura, fontes documentais, observação e entrevistas realizada em diferentes momentos.

Antes de adentrar o texto, que tem por objetivo estudar os rebatimentos de uma UHE nas vidas de comunidades rurais, cabe apresentar alguns verbetes enunciativos.

Iniciemos pelos traços da UHE Foz do Chapecó. Está localizada na bacia do rio Uruguai, que foi prospectada pelo Consórcio Canadense-Americano-Brasileiro Canambra, prevendo o potencial de 22 barragens, dezenove para geração hidrelétrica e demais para controle de vazão (SANTOS, 2003).

A UHE Foz do Chapecó estava prevista inicialmente para ser edificada em Palmitos, mas foi realocada para Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS). Em junho de 2001 o consórcio da Foz do Chapecó vence o leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), agência reguladora do Estado, e torna-se detentora da concessão da Usina.

Em 2002 o IBAMA expediu a licença prévia, com prazo de dois anos. O IBAMA emite licença de instalação, licença esta renovada por mais quatro anos e iniciam-se as obras; em 2010 o consórcio obtém a licença Operação.

A população teve notícias do projeto de barragem na década de 1980 e realizou manifestações, romarias, eventos políticos, arrancou os marcos originalmente

colocados para delimitar a localização da hidrelétrica. Muitos não acreditavam que viria.

Depois, com o redimensionamento da obra, houve ocupação do canteiro de obras. O reservatório formado mede 79,93 km², alagando diretamente área agricultável de 13 municípios.

Para a construção da usina, a empreendedora recrutou mão de obra barrageira de diversos estados do Brasil, o que causou impactos locais, por ser na maioria população masculina solteira ou sem trazer família, causando déficit habitacional e sobrecarregando a rede de saúde pública.

A UHE, que se insere na *dam industry*, ancorou-se com financiamento de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Dentre os acionistas figuram empresas estatais e conglomerados frequentadores da Bolsa de Valores. Recentemente, um desses acionistas transferiu parte de seu capital para uma estatal chinesa. Nessa lógica repousa a financeirização da natureza. Os cálculos e sua métrica avaliam o quanto pode ser atribuído a cada item da natureza, como se fosse intercambiável, como se fosse abstraída dos vínculos sociais e da história construída. O cômputo sempre é considerado justo, porque pautado na planilha e não leva em consideração a vida, os afetados, os valores das comunidades. A mesma planilha vale para todos, aí repousa seu senso de justiça.

Em que consistem as comunidades rurais? As comunidades são o *locus* onde a vida, o trabalho, o cotidiano, efetivamente acontecem. É o lugar da “sociabilidade dos homens simples” (MARTINS, 2020).

Grande parte das comunidades é formada por descendentes de europeus que apresentam um histórico de migração, saindo da Europa em busca de terras, liberdade e sonhando com o imaginário milenarista da Cocanha, isto é, a busca utópica da terra da fartura (FRANCO JR. 1992). Quanto mais migravam em busca de novas terras, mais se distanciavam. O espírito associativo não se constitui em algo inato, é antes uma “necessidade feita virtude” (BOURDIEU, 2007), face à omissão e abandono do Estado. Do esforço coletivo resultava a construção de capela, escola, cemitério, pavilhão de festas, abertura de estradas e pontilhões. A

troca de dias no serviço da lavoura era uma prática costumeira, bem como a entreatajuda nas atividades de pecuária e necessidades do mundo rural. O olhar ao passado não deixa de ser ambíguo. De um lado anuncia um discurso carregado do sofrimento, da penúria, do sentimento de abandono. De outro, há uma idealização do passado, recorrente em certos aspectos, principalmente nas relações de parentesco e amizade e nos vínculos solidários. No que diz respeito às propriedades rurais, estas carregam as marcas do trabalho investido na propriedade, o amanho da terra, a qualidade da água, pomar, área para o cuidado do gado. A propriedade é construída, material e socialmente.

O centro da comunidade é alicerçado na igreja, principalmente, neste caso, tratando-se de população católica. É o local de investidura do sagrado, que marca o ingresso dos associados com o ritual do batismo, reitera com o da aliança das famílias no casamento e o funeral no declínio vital ou em alguma interrupção que marca a separação lúgubre, como convém. Os cultos ou missas são encontros semanais ou quinzenais esperados como obrigação comunitária, momento de celebração e encontro, quebrando a solidão dos moradores. À saída das missas aglomeram-se em pequenos grupos para conversas, trocas de notícias e combinação de ações, atuando como um meio de correspondência informal.

O templo religioso e os itens que o compõem foram angariados às custas do trabalho da comunidade, isto é, dos moradores, por meio de doações, festas e leilões. Toda a arrecadação é investida em melhorias do templo.

O lazer também ocupava espaço importante, considerando que o tempo livre aos agricultores é apenas no final de semana. Jogos de bocha e times de futebol estavam presentes ao público masculino. As mulheres jogavam o bolãozinho, tomavam chimarrão e, seguramente, faziam algum trabalho manual para não perder tempo.

As comunidades não se restringem a coordenadas geográficas ou administrativas, ou seus planos não se encaixam (Geertz, 1967). As relações extrapolam e, também, trazem relações conflitivas que podem ser superadas. No entanto, no caso em questão, do ponto de vista nativo, há uma essencialização ao estender a comunidade ao número de sócios da entidade religiosa a que estão filiados, fato já

constado por Renk (2006). Manifesta-se uma entrevistada: “O que mais a gente tinha contato era com a igreja”.

Uma obra da estatura da UHE Foz do Chapecó abala os alicerces das comunidades, principalmente quando parte delas é considerada atingida patrimonialmente e deslocada.

Foi no interior das comunidades que brotou e floresceu o ambientalismo. Se tratamos de comunidades atingidas, esclareçamos inicialmente por onde transitamos com a categoria atingido/a. Por ocasião da primeira hidrelétrica instalada no rio Uruguai, a Eletrosul, empresa estatal que a edificou teria cunhado o esse termo. Segundo Sandra Faillace (1990), a nomenclatura de atingido foi originária das publicações da Eletrosul quando tratava dos 22 barramentos, anteriormente mencionados, referindo-se ao contingente populacional que estaria diretamente envolvido no empreendimento. Na luta contra as barragens o nome é institucionalizado e serviu à Comissão Regional dos Atingidos e, posteriormente, ao Movimentos dos Atingidos por Barragens, respectivamente CRAB e MAB. Os relatos são pródigos de ações participativas em eventos contra as barragens, como expressa uma entrevistada: “Nós queria impedir a barragem, sempre nós puxamos para impedir. Mas quem vai impedir uma obra dessas aí? Nunca!”.

Comunidades cindidas

À medida que a obra física da usina avançava, a luta ambientalista persistiu numa resistência insana, o que ocorreu até os dias finais, mas já ciente de que a obra estava posta e era irreversível. Instala-se um sentimento de mal-estar no mundo, expressando “[...] as dificuldades de sua existência e de sua dificuldade de viver” (Bourdieu, 2008, p. 9). Torna-se candente à medida que acompanhamos a trajetória da obra e o destino dos moradores das comunidades

Os momentos de liminaridade da finalização da UHE não foram irenistas. Relações de intimidação foram ocorrendo, a exemplo do que foi registrado por Rocha (2014), em atos de criminalização dos movimentos sociais, isto é, aos ambientalistas. A construção de uma hidrelétrica não se constitui tão somente de cálculos de engenharia, de toneladas de cimento e de ferro, que resultem em concreto e

máquinas trabalhando. Há um lado que não aparece na história oficial, aquela do silêncio e do cotidiano perturbado para os moradores próximos ao canteiro de obras. Uma das entrevistas no trabalho de campo lembrava as relações assimétricas entre construtora e moradores, no período da construção, com as explosões de pedreiras no horário noturno, sem deixar o pessoal dormir, sem acionar o alarme, como manda o manual de boas práticas.

Ao se aproximar ao término da obra, os moradores das comunidades das imediações do reservatório, aqueles considerados atingidos, por mais elástica que seja a categoria, são comunicados formalmente do processo de desapropriação de suas terras, informados do processo de avaliação, o que sempre é doloroso, das formas de compensação. O que produziu fragilidade foi a cisão da comunidade. Parte é desapropriada e parte permanece. Esta, em *quantum*, é muito menor que aquela retirante, o que veio a causar preocupações sobre como manter a comunidade remanescente.

Feitos os levantamentos, os trabalhos burocráticos, é o chegado o momento da retirada de parcela de moradores das comunidades atingidos patrimonialmente, o que representou o esvaziamento de algumas delas. Um morador usa o momento do término da obra como a metáfora de uma bota pisando num formigueiro, espalhando as formigas em todas as direções. Esquece o caráter nocivo das formigas à agricultura e invoca seu caráter gregário, remetendo às fábulas moralizantes de Esopo e La Fontaine. Se as “formigas” eram espalhadas para todos os lados, uma moradora remanescente lembra que, diariamente, observada a saída de duas a três mudanças de sua comunidade, causando-lhe uma “sensação ruim”.

Se a comunidade foi referida de modo essencializado no associativismo confessional, o prédio em que são realizados os serviços religiosos é carregado de símbolos. Para a comunidade o templo é mais que um prédio. Foi construído por materiais profanos e transmutado em espaço sagrado. Quando um destes foi marcado para inundação, apesar do sentimento da perda causada, entenderam que os itens que compunham esse equipamento deveriam ser partilhados, a exemplo de um *potlatch*, o que foi acumulado no decorrer dos anos, reparte-se agora, “para que cada um ficasse com uma lembrança”.

Em relação ao templo, fisicamente falando, travou-se um encontro agonístico entre moradores e empreendedora. São visões e divisões e mundo em confronto. Para a empresa o que interessa é pôr o prédio abaixo e tirar os destroços. Para a comunidade era impossível fazê-lo porque o maior símbolo de sacralidade, o cálice, ainda estava em seu interior, e as máquinas não poderiam derrubá-lo. Em circunstâncias não explicadas, o cálice desaparece. Atribuem ao padre (não morador da comunidade) a sua retirada e transformação em profano do local, para permitir a derrubada do templo. “Perder a comunidade [templo] é que nem ter morrido um pai de família, aquele pai não volta mais”. Esse foi um dos momentos de maior atrito interno, inclusive com o pároco, com acusação de usurpação dos bens sagrados da comunidade.

Como foi dito, as comunidades foram divididas, entre os remanescentes e os atingidos. Foram considerados atingidos aqueles assim reconhecidos pela empresa, habilitados a receber indenização. Foi levado em conta o caráter hídrico e patrimonial. Ou seja, a desapropriação da propriedade dava-lhes a possibilidade de obter moradia noutra comunidade. Esse fato mobilizou o mercado imobiliário, com ofertas diversas. Por melhor que fossem as terras não era possível transplantar os vínculos comunitários, fato do qual se ressentiam.

Comunidades receptoras, aquelas que receberam os camponeses deslocados compulsoriamente, que na lógica da financeirização foram indenizados e com o montante recebido puderam adquirir novas terras, não foram de receptividade imediata. A reconstrução das relações comunitárias é um dos pontos frágeis, seja àqueles que migraram, seja àqueles que permaneceram; e esses danos não são passíveis de mensuração e indenização. Aqueles que migraram, muitas vezes foram estigmatizados nas novas comunidades como os “afogados”. Imaginam-se como alguém transplantado num contexto com suas regras próprias às quais devem aprender para partilhar e ser membro pleno.

Àqueles que permaneceram sobraram os escombros físicos e morais da comunidade. Não foram considerados atingidos pela empresa, porque patrimonialmente esta entendeu não haver perda, não obstante o espalhamento dos moradores, o esfacelamento das comunidades, a quebra dos vínculos. Quando

muito, receberam algumas ações a título de mitigação. Apresentavam-se como vítimas, porque ficaram com “os ossos”, o que “sobrou”, quando a parte “boa” já fora separada (espalhada).

A avaliação dos camponeses que permaneceram é acerca da hidrelétrica: “Eles diziam que era pra ser coisa boa, que era coisa boa, mas não foi coisa boa”. O alagamento das comunidades alterou seu substrato morfológico. Um elemento imediatamente visível foi o censitário. Se o “formigueiro” se espalhou, o que permaneceu foi um número restrito que cerceou atividades anteriormente rotineiras, que deixou de ser uma “comunidade inteira” à medida que os anteriores times de futebol (lazer dos domingos à tarde) de cada uma delas, em torno de três, disputando com comunidades vizinhas, não dispõem mais de número suficiente para escalar um único time. Para o público masculino o jogo de bocha torna-se monótono pelo pequeno número de jogadores. Ao público feminino, o jogo de bolãozinho, dos domingos à tarde, não consegue agregar mais de quatro ou cinco mulheres, o que consideram número insuficiente para ser atrativo. O Clube de Mães, instituição com caráter associativo e assistencial, igualmente, não consegue mais agregar voluntárias para suas atividades. A capela com imagem de Nossa Senhora, que circulava pela comunidade, seguindo uma trajetória delineada previamente, deixou de fazê-lo, à medida que a periodicidade ficou muito frequente entre os moradores.

Ressentem-se da impossibilidade de “tocar” a comunidade, isto é, fazer as festas para arrecadar fundos. Dispunha de quarenta a cinquenta famílias e agora permaneceram tão somente quatro ou cinco famílias, o que inviabiliza a realização da festa. Se antes estas eram reconhecidas fora das comunidades locais, expondo-se aos visitantes (Champagne, 1977), agora não há mão de obra interna para organizar uma atividade festiva. Se as atividades de entre ajuda dos vizinhos eram corriqueiras outrora, agora as atividades são mais individualizadas.

Os serviços religiosos, oferecidos quinzenalmente, não têm público. Mesmo com a estratégia de prorrogar o cronograma para cada dois meses, não conseguem atrair fiéis. O caso mais dramático ocorre na Igreja que substitui aquela alagada. A empreendedora, como compensação pelo antigo templo, construiu um novo. No

entanto, o déficit demográfico não permite o ofício de cerimônias religiosas. Pedem ao padre que entenda. Se não há comunidade, não pode haver público.

Palavras finais

Afirmamos que as hidrelétricas, em nosso contexto, constituem-se em fato social total, na acepção de Marcel Mauss. De um lado, respondem a uma política governamental verticalizada que segue o mantra dos recursos hídricos serem energia limpa e renovável. Seguem, igualmente, a lógica da monetarização ou financeirização, observando as diferenças que lhes cabe, considerando a possibilidade de mensurar e estabelecer uma precificação aos objetos, às propriedades. Esquecem que no caso camponês, como estudado, propriedades e comunidades têm uma outra lógica que não se encaixa na métrica do empreendedor. Cada comunidade tem sua biografia social, inscrita nos campos de futebol, nos arvoredos, nas sombras, cemitérios, pavilhões, igrejas, enquanto espaços públicos, e nas propriedades, cada uma terá sua singularidade, tornando-se ímpar.

Se, remotamente as gerações anteriores vieram em busca da Cocanha, esta se afastava cada vez mais como suplício de Tântalo.

A desestruturação das comunidades, o rompimento dos vínculos vicinais e de parentesco são questões intangíveis, que não podem ser mitigadas. Por mais que seja imprescindível a geração de energia para a economia do país, há déficits sociais que não são levados em conta e tampouco o empreendedor cogita inseri-los nas planilhas. A interrogação primeira é o mote dos movimentos sociais: “energia para quem?”. O que tratamos aqui é o microcosmo da sociedade brasileira e, por que não, latino-americana, do problema da participação, um dos pilares da cidadania

Referências

BARON, Sadi. A UHE Foz do Chapecó estratégias dos agentes envolvidos e o desenvolvimento regional. (2012) *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 1, n. 1, p. 114-125, Curitiba, jul./dez.

- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHAMPAGNE, Patrick. La fête au village. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, no. 17/18, 1977, p. 73-84.
- DAL MAGRO, Marcia Pit et alii. *Impactos socioambientais da implantação da hidrelétrica Foz do Chapecó*. Chapecó: Argos, 2015.
- FRANCO JR., Hilário. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- RENK, Arlene. *A luta da erva – um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 1997.
- REYES, José E. Martínez. *Moral ecology of a forest - the nature industry and maya post-conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 2016.
- ROCHA, H. J.. A criminalização dos movimentos sociais ante a instalação de uma hidrelétrica no Rio Uruguai (Brasil): uma discussão entre o legal e o legítimo. *Ideias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp*, v. 5, 2014, p. 191-214.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais. *Etnográfica*, Vol. VII (1), 2003, pp. 87-103.
- SOUZA, José Martins. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 3ª. Edição. São Paulo: Contexto, 2020.

Sítios consultados

- ANEEL. Autorizações. www.aneel.gov.br/aplicacoes/autorizacoes/ acessado em 10 de agosto de 2020.
- <https://www.icold-cigb.org/userfiles/files/CIGB/registre%20base%20presentation-ENG-FR.pdf>
- fozdochapeco.com.br/usina/, acessado em 10 de agosto de 2020.